

3.8 Guia de Fundos do Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão

→ Luísa Alvim

Resumo

Este trabalho apresenta o Guia de Fundos e coleções do Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão, pela primeira vez organizado e editado, com o objetivo de contribuir para o conhecimento da história administrativa e biográfica, assim como a história custodial e arquivística, dos seus fundos e coleções. A criação deste *Guia* fornece a descrição geral do acervo, sendo um contributo para a passagem do Arquivo de uma função custodial e técnica para uma nova etapa que valoriza o paradigma comunicativo, proporcionando aos cidadãos e investigadores uma visão clara e concisa do seu conteúdo. Quanto ao método de trabalho, reuniu-se e analisou-se informações sobre os fundos, tendo sido consultados uma variedade

de fontes bibliográficas. Criaram-se informações de acesso a cada fundo, apresentados no capítulo dos resultados, intitulado – Guia de Fundos, com a descrição do âmbito e conteúdo, o sistema de organização, as condições de acesso e reprodução, os idiomas, as características físicas, localização, fontes e bibliografia, entre outros. Conclui-se que o Arquivo Municipal, com a apresentação deste guia, contribui para a transparência, demonstrando a todos os cidadãos e investigadores como os documentos e processos arquivísticos históricos foram tratados e disponibilizados *online*, e permitindo que a investigação, sobre a história da região de Vila Nova de Famalicão seja mais tangível e enriquecida com fontes históricas acessíveis a todos.

Introdução

A tradicional visão custodial e jurídica-administrativa sobre os arquivos, enquanto locais de acesso restrito sucede, fruto dos progressos da ciência histórica e do crescente gosto do público por esta disciplina, a uma progressiva abertura à investigação. A mediação da informação constitui-se como elemento central na transição entre a visão tradicional custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista e a visão pós-custodial, informacional e científica (Silva, 2010) que hoje opera nas práticas arquivísticas.

O conceito de utilizador dos arquivos tende a aproximar-se do conceito de cliente, que cumpre satisfazer por meio do desenvolvimento e disponibilização de serviços adaptados às suas necessidades. A afirmação do direito de acesso dos cidadãos à informação potencia esta missão, num período cada vez mais pautado pela aposta na disponibilização de conteúdos em ambientes digitais e na consulta não mediada (Silva, 2009).

O Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão (AMAS), cujo patrono é Alberto Sampaio, cumpre as suas funções em assegurar a aquisição, conservação, organização e a comunicação da documentação à sua guarda. Sendo que esta última tarefa constitui uma função primordial do arquivo – a comunicabilidade – que consiste em facultar aos utilizadores, atuais ou potenciais, informações, referências e documentos de que dispõe. Assim, numa mudança de postura epistemológica fundamental, o AMAS apresenta pela primeira vez o *Guia de Fundos* e *coleções*, que tem como principal objetivo orientar e comunicar informações e requisitos, sem a necessidade de assistência técnica, dando conhecimento e orientando o utilizador sobre o âmbito, conteúdo e datação do património arquivístico, entre outras informações mais precisas.

Este trabalho apresenta a primeira edição do *Guia de Fundos* do Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão valorizando a função de difusão do conhecimento do seu acervo

documental de valor histórico, promovendo a criação do catálogo *online*, com os fundos e coleções existentes, validado por um software que permite a consulta da descrição arquivística, das autoridades e das imagens digitais dos documentos históricos.

Caraterização do Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Arquivo Municipal iniciou as suas funções em 1836 com a instauração do concelho e da câmara municipal. O documento mais antigo do acervo pertence ao Fundo Colegiada de São Tiago de Antas, do século XV, que faz parte de uma série de pergaminhos.

Quanto à estrutura administrativa, o arquivo municipal enquadra-se na Divisão de Bibliotecas e Arquivos, serviço que está integrado organicamente no Departamento de Desenvolvimento Social, da Direção Geral Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Atualmente, o arquivo possui cerca de treze funcionários, inseridos em grupos de trabalho e serviços técnicos, encontrando-se instalado em dois edifícios, localizados em diferentes partes do concelho: na cidade, na Rua Adriano Pinto Basto (arquivo administrativo e arquivo histórico); e no espaço comercial Lago Discount, na freguesia de Ribeirão (arquivo intermédio).

Conforme estipula o Regulamento da Rede de Equipamentos de Leitura e Arquivo (2021), as principais missões do Arquivo Municipal Alberto Sampaio direcionam-se para a promoção, salvaguarda, valorização, divulgação, acesso e fruição do património arquivístico do Município de Vila Nova de Famalicão. Assim, compete ao arquivo municipal gerir de forma integrada os arquivos municipais, assegurando o acesso em condições de segurança e rapidez; identificar os fundos arquivísticos públicos ou privados, quaisquer que seja o seu suporte, com interesse histórico para o Município de Vila Nova de Famalicão e encorajar e promover a sua transferência para o arquivo municipal;

promover e apoiar ações de estudo, investigação e divulgação da documentação existente nos arquivos; propor e desenvolver programas de promoção do arquivo, que potenciem a sua função cultural e educativa promovendo a formação de novos públicos e a promoção dos seus fundos e assegurar a divulgação e disponibilização dos fundos existentes.

O AMAS é detentor de um acervo documental bastante diversificado, desde o século XV até à atualidade, constituído por fundos e coleções de documentação de natureza gráfica e textual, cartográfica, arquitetónica e fotográfica. Desta forma, a estrutura do quadro de classificação documental, onde se organiza o acervo do arquivo, reflete essa mesma diversidade de conjuntos documentais, de proveniência interna e externa, referentes ao município e região de V.N. de Famalicão.

Tratando-se de um serviço municipal, o arquivo tem como principal responsabilidade a gestão da documentação pública, sendo que o conjunto documental mais representativo consiste no fundo da *Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, onde se integra toda a documentação produzida e preservada por esta entidade, relativa ao seu âmbito de competências e ao conjunto de atividades desenvolvidas ao longo da sua história. De forma complementar a este fundo, o Arquivo detém igualmente documentação associada, como os fundos da *Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão*, *Câmara do Couto de Landim*, *Junta de Paróquia de Antas*, *Junta de Paróquia de Lagoa* e *Junta Escolar do concelho*. Quanto a Arquivos Judiciais, possuiu os fundos *Juízos de Paz de freguesias de Fradelos e Vermoim*, *Oliveira de Santa Maria*, *Ruivães*, *São Miguel das Aves*, *São Tiago de Antas* e *Tribunal do Trabalho de Vila Nova de Famalicão*. Os Arquivos Privados estão reunidos em: *Confrarias (Confraria das Almas da freguesia de São Tiago da Cruz, Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia do Louro, Confraria de Nossa Senhora do Rosário*

da freguesia de Pedome); *Colegiadas (Colegiada de São Tiago de Antas)*; *Arquivos Pessoais (Alberto Sampaio, Joaquim José Sousa Fernandes, Daniel Rodrigues, José de Azevedo e Menezes)*; *Arquivos de Família (Casa de Pindela)*; *Arquivos de Associações, Coletividades e Comissões (Rotary Club de Vila Nova Famalicão, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão, Comissão de Homenagem a Camilo Castelo Branco)* e *Arquivos de Empresas (A Boa Reguladora)*. Em paralelo, o Arquivo possui Coleções, provenientes de entidades particulares e coletivas, que demonstram a evolução da cidade, em todos os seus aspetos e perspetivas, retratando factos e eventos, desde finais do século XIX até à atualidade, como é possível constatar na documentação fotográfica *Sousa Cristino*, *Humberto Fonseca* e *Coleção de Fotografia*, assim como na *Coleção de Postais*, que revelam a evolução arquitetónica e o crescimento urbanístico da cidade, o desenvolvimento económico, entre outros, desde o século XIX até ao século XX.

Os instrumentos de pesquisa existentes são o *Guia de Fundos*, *Inventários* e o *Catálogo online*. O horário de funcionamento do Arquivo ao público é de 2.ª a 5.ª feira das 9h30 às 17h30 e 6.ª feira das 9h30 às 11h30. O acesso às instalações do Arquivo é livre e gratuito, para todos os cidadãos, bem como o acesso à documentação em formato digital, disponível no sítio web do arquivo, mediante pesquisa. O acesso à sala de leitura, para consulta de documentação, efetua-se através de pedido, de forma presencial ou por agendamento prévio, sendo que a documentação com restrições de acesso e de utilização, por motivos legais, contratuais ou de conservação, está sujeita a acesso condicionado ou proibido. Quanto ao acesso às instalações do Arquivo, pode ser efetuado através de transportes públicos e privados, de acordo com as diversas localizações na cidade.

O Arquivo Municipal presta serviços de apoio à investigação, à pesquisa de informação

e à consulta da documentação, nomeadamente, através de: equipa técnica de suporte; biblioteca de apoio; equipamento informático para visualização de registos descritivos e de documentação disponível em formato digital e disponibiliza serviços de reprodução da documentação, em formato digital, mediante o pagamento de taxas associadas, de acordo com as tabelas de preços e de taxas municipais em vigor. Este serviço dispõe de área de serviço público, de utilização livre, nas suas instalações, nomeadamente: atendimento informativo; acesso a exposições temáticas; organização de visitas guiadas; acesso a instalações sanitárias.

No âmbito das suas atuais competências e responsabilidades, o Arquivo presta serviços técnicos especializados, de apoio à gestão da documentação e da informação do município, designadamente: conservação de documentação de diversas tipologias e suportes documentais; digitalização de documentação e transferência de suporte, numa estratégia de preservação e de divulgação; avaliação, seleção e eliminação de documentação produzida pelos serviços municipais, de acordo com a legislação em vigor; análise e recolha de conjuntos documentais relativos à memória da cidade e do concelho, de acordo com critérios legais e de relevância do conteúdo; disponibilização do catálogo *online* (<https://www.arquivoalbertosampaio.org/>); organização de exposições temáticas, com base na documentação de arquivo; organização de visitas guiadas e de serviço educativo, de forma a divulgar o arquivo e o acervo documental, direcionado para todos os públicos e apoio à investigação.

Metodologia

No que se refere à metodologia e técnicas utilizadas na organização deste Guia de Fundos, em primeiro lugar, diferenciaram-se os fundos e coleções em três classes: Arquivos Públicos, Arquivos Judiciais e Arquivos Privados (Confrarias, Colegiadas, Pessoais, Família, Associações e Coletividades, Empresas e Coleções). Dentro

de cada classe descrevem-se sucintamente cada um dos fundos e/ou coleções.

Previamente, para tornar um fundo e uma coleção acessíveis para pesquisa, reuniram-se e analisaram-se informações sobre eles, organizaram-se os materiais numa ordem e criaram-se recursos de localização apropriados para que o utilizador possa identificar e localizar materiais relevantes e disponíveis para pesquisa. Por fim, criaram-se recursos de localização para fornecer acesso aos fundos e às coleções. Para organizar fisicamente os materiais de forma adequada e reunir a documentação necessária para criar meios de busca apropriados, o arquivista consultou uma variedade de fontes externas e estudou cuidadosamente o conteúdo. As informações de acesso incluem: a história administrativa/biográfica, a história custodial e arquivística, o âmbito e conteúdo, o sistema de organização, as condições de acesso e reprodução, os idiomas, as características físicas, localização, fontes e bibliografia, entre outras. A apresentação dos fundos seguiu as regras da ISAD (G) (2008) e da ODA (2011).

Resultados – Guia de Fundos

Neste capítulo apresentam-se de forma sucinta todos os fundos e coleções do AMAS, no formato de Guia de Fundos, estruturado em três classes por tipologia de arquivos: 1. Arquivos Públicos, 2. Arquivos Judiciais e 3. Arquivos Privados (Confrarias; Colegiadas; Pessoais; Família; Associações, Coletividades e Comissões; Empresas e Coleções).

1. ARQUIVOS PÚBLICOS

1.1 Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CMVNF.
- **Título** Fundo Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1685-2024.
- **Nível de descrição** Fundo.

- **Dimensão e suporte** Em avaliação e organização; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** O arquivo da Câmara Municipal de Famalicão é composto por documentação desde 1685, já que em meados do século XIX, foram copiados vários aforamentos de terrenos feitos pela Câmara de Barcelos, e engloba documentação de todos os serviços municipais, além de outras estruturas que a legislação municipal foi criando ao longo dos anos como, por exemplo o Senado Municipal, durante a Primeira República, o Conselho Municipal, recriação do Estado Novo, em moldes diferentes, de um organismo da Monarquia Constitucional, a Comissão Concelhia da Administração dos Bens do Estado, aparecida na sequência da Lei da Separação, e várias comissões municipais (de Higiene, do Recenseamento Militar, do Recenseamento Eleitoral, do Recenseamento do Júri da Comarca, etc.). Este sistema de informação abrange documentos relativos aos órgãos do município, serviços administrativos, património, serviços financeiros, impostos, eleições, funções militares, segurança pública, justiça, controlo das atividades económicas, urbanismo, obras municipais, serviços urbanos, saúde e assistência, educação e cultura.
- **História custodial e arquivística** Os incêndios, em abril e maio de 1952, destruíram o edifício onde funcionavam os Paços do Concelho desde 1881. O arquivo municipal sofreu uma enorme destruição, prolongada por anos sucessivos de incúria na preservação dos documentos. A partir de 1 de julho de 1983, recolheu-se e organizou-se a documentação que viria a integrar o Arquivo Municipal, sendo instalado nos antigos Paços do Concelho, onde o historiador Vasco de Carvalho e a listagem de obras aprovada pela Câmara e autorizada pelo Ministério das Obras Públicas, nos anos de 1946-1949, já

tinha preconizado. A organização do arquivo iniciada em 1983 abrangeu apenas o arquivo histórico e, em fevereiro de 1984, o arquivo intermédio foi anexado ao esforço de criação do sistema de arquivo da Câmara Municipal.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Documentação produzida e acumulada, no âmbito das atividades e das competências de gestão autárquica exercidas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **Sistema de organização** Orgânica e funcional. Ordenação numérica. Digitalizado parcialmente.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** O acesso às instalações do Arquivo Municipal é livre e gratuito, para todos os cidadãos, bem como o acesso à documentação em formato digital, disponível no sítio web do arquivo. O acesso à sala de leitura, para consulta de documentação, efetua-se através de pedido, de forma presencial ou por agendamento prévio, mediante a apresentação de documento de identificação válido, sendo que a documentação com restrições de acesso e de utilização, por motivos legais, contratuais ou de conservação, está sujeita a acesso condicionado ou proibido.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Portugueses.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Silva, António Joaquim. (2015). As primeiras décadas do município. In *As portas da História de Vila Nova de Famalicão: 1835-2015* (vol. 1, 34-102). Câmara Municipal V. N. Famalicão.

1.2 Câmara do Couto de Landim

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CCL.
- **Título** Câmara do Couto de Landim.
- **Data(s)** 1775-1836.
- **Nível de descrição** Fundo.

- **Dimensão e suporte** 5 livros; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara do Couto de Landim.
- **História administrativa/biográfica** O couto de Landim deve ter sido estabelecido entre 1093 e 1096, aquando da construção do Mosteiro de Landim, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, localizado na freguesia de Landim. Este mosteiro é dos primórdios da nacionalidade, tendo seu senhorio jurisdicional sobre os povos que habitavam o couto, até à data da extinção do mosteiro, em 1770, com a lei do Marquês do Pombal. A maior parte das propriedades situavam-se nas freguesias que integram o Couto e o Julgado de Vermoim. Quando a situação coutal terminou em 1790, pela lei de 19 de julho, que retirou os direitos aos antigos donatários, extinguiu coutos, etc., permitiu a organização e constituição de comarcas nos lugares dos coutos extintos, devendo ter sido criado nessa data o Concelho de Landim. Em virtude da divisão administrativa e judicial do reino de Portugal, pelas leis de 9 fevereiro de 1834, 28 de fevereiro, 21 de março, 18 de julho e 7 de agosto 1835, desaparece o concelho de Landim e surge o de V. N. de Famalicão, a 28 de novembro com a primeira reunião camarária. O Concelho de Landim ainda perdurou em serviços, após 31 de dezembro de 1835, relativos às receitas dos foros, taxas de vinho e matadouro, e em despesas com Expostos, não tendo poderes judiciais nem atuação administrativa. As contas finais foram comprovadas a 31 de dezembro de 1836, e extinguiu-se este concelho.
- **História custodial e arquivística** O Fundo da Câmara do Couto de Landim foi incorporado na Câmara Municipal de Famalicão, depois de 31 de dezembro de 1836. Provavelmente a maioria dos documentos do fundo arderam no incêndio do Paços do Concelho de V. N. de Famalicão em 1952. Antes deste acontecimento, Vasco de Carvalho, em 1942, tinha inventariado 22 documentos deste fundo, referenciados no livro *Aspectos de Vila Nova – Justiça*, mas não constam os cinco livros de tombos que atualmente existem.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Documentação produzida entre 1775 e 1836, no âmbito das atividades exercidas pela Câmara do Couto de Landim. Inclui documentação relativa aos tombos de bens e prazos do Couto de Landim.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Carvalho, V. (1947). *Aspectos de Vila Nova – Justiça*. V.N. Famalicão: Ed. autor.
Castro, M. Fátima (2005). O Couto de Landim: notas sobre a sua origem. In *História de Vila Nova de Famalicão*. Quasi Edições.

1.3 Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/ACVNF.
- **Título** Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1851-1935.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 323 unidades de instalação; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** A história dos administradores do concelho de Vila Nova de Famalicão está marcada pelo papel

preponderante que o primeiro administrador, Francisco Jerónimo de Vasconcelos e Castro, teve na criação do novo concelho de Vila Nova de Famalicão, pondo termo à luta pela autonomia em relação a Barcelos que já durava, pelo menos, desde meados do século XVIII. Os administradores do concelho, além das suas vastíssimas competências, tinham um privilégio vertido no artigo 97, do Código Administrativo de 1842, que determinava que “o administrador do concelho tem entrada e voto consultivo em todas as sessões da Câmara, ou esta delibere só ou com o Conselho Municipal, e toma assento ao lado esquerdo do Presidente”. Os administradores dos concelhos foram criados pelos decretos de 25 de abril e 18 de julho de 1835. As administrações dos concelhos foram extintas pelo decreto n.º 14.812, de 31 de dezembro de 1927, mantendo-se a figura do administrador do concelho até à publicação do Código Administrativo de 1936. Em fevereiro de 1928, surgiu o decreto que completou aquela extinção, com a faculdade de as Câmaras Municipais poderem criar Secções Administrativas nas quais seriam tratados os assuntos adstritos aos antigos administradores. Com o Código de 1936 foram igualmente extintas estas Secções Administrativas, embora surgissem em 1937 os Serviços Administrativos, mas estes já na dependência do Vice-Presidente da Câmara que tinha herdado as funções policiais dos antigos administradores do concelho.

- **História custodial e arquivística** O arquivo da Administração do Concelho possui documentação que reflete as suas funções de natureza policial e de controlo de diversas atividades, desde o recenseamento e recrutamento militar ao registo de passaportes, passando pela tutela das contas de juntas de paróquia e confrarias.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.

- **Âmbito e conteúdo** O Fundo está organizado por secções Serviços Administrativos, Serviço Militar, Segurança Pública, Fiscalização de Corporações Religiosas, Assistência Social e Controlo de Atividades Económicas.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Faria, D. (2015). O Município na monarquia constitucional e na primeira República. In *As portas da História de Vila Nova de Famalicão: 1835-2015* (v.1, 18-29). Câmara Municipal V.N. Famalicão.

1.4 Projeto do Novo Edifício dos Paços do Concelho, Tribunal, etc. da CMVNF – Januário Godinho

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JG/PNEPCT.
- **Título** Projeto do Novo Edifício dos Paços do Concelho, Tribunal, etc. da CMVNF – Januário Godinho.
- **Data(s)** 1944-2011.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 246 documentos; papel e metal.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Arquiteto Januário Godinho.
- **História administrativa/biográfica** Januário Godinho foi um arquiteto português nascido em 1910, em Ovar, e falecido em 1990. Estudou na Escola Superior de Belas Artes do Porto, entre 1925 e 1930, tendo obtido o diploma com o estudo para o Hotel do

- Parque-Vidago em 1941, onde começa a esboçar algumas das preocupações que o perseguem ao longo da sua carreira, como a leitura e interpretação do lugar, o ritual dos acessos, a relação entre paisagem e espaço interior e a criteriosa escolha de materiais. Inicia o seu período de estágio na década de 1930, em colaboração com o arquiteto portuense Rogério de Azevedo, participando ativamente no desenvolvimento do seu trabalho, entre o modernismo e a aproximação que faz ao regionalismo. As suas principais obras são: Mercado do Peixe de Massarelos, Porto (1932); pousadas realizadas para a Hidroelétrica do Cávado (1949-1959), para Vila Nova, Salamonde, Sidroz e Pisões; Casa Afonso Barbosa, Famalicão (1941); Edifício dos Paços do Concelho, Tribunal e Finanças de V.N de Famalicão; a Sede da Hidroelétrica, Porto (1953); Palácios da Justiça de Tomar (1951), de Vila do Conde (1953), de Ovar (1960) e de Lisboa (1960), em coautoria com João Andersen; Edifício Calouste Gulbenkian no LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa (1961), Planos de Urbanização de Coimbra (1968) e de Amarante (1965).
- **História custodial e arquivística** O Projecto Novo Edifício dos Paços de Concelho, Tribunal de Vila Nova de Famalicão do arquiteto Januário Godinho, com datas de produção entre 1952-1974, depositado na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, constitui um testemunho notável da obra deste arquiteto.
 - **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
 - **Âmbito e conteúdo** As peças que compõem o arquivo apresentavam-se dispersas por vários departamentos do município, estavam parcialmente compiladas por temas e separados em dossiers. Procedeu-se a uma reorganização do projeto e peças acessórias, de acordo com a organização original do processo. A organização compõem-se de séries

e ao nível da série e o critério de ordenação é numérico. As séries referem-se ao mobiliário, pormenores de arquitetura, concursos de fornecimento, concursos públicos diversos, correspondência.

- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Portugueses.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, sítio Web <https://projetojanuariogodinho.wordpress.com/>.
- **Fontes e bibliografia**
Tsou, A.; Silva, A. J.; Almeida, J.; Alvim, L. (2019). A Organização de um projeto de arquitetura com valor histórico: O caso do Novo edifício dos Paços do Concelho, Tribunal de Vila Nova de Famalicão. In *ICAA2019 – International Congress on Architectural Archives*. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/70577/3/ICAA_2019_Proceedings_abr21.pdf.
Tsou, A. (2016). *Arquitetura Moderna: A obra de Januário Godinho em Vila Nova de Famalicão*. CEAA. <http://hdl.handle.net/10174/27665>.

1.5 Junta de Paróquia de Antas

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPA.
- **Título** Junta de Paróquia de Antas.
- **Data(s)** 1878-1895.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** As Juntas de Freguesia têm a sua origem nas freguesias religiosas, conhecidas por Juntas de Paróquia. A sua instituição data de 1830, tendo

sido decretado que em cada Paróquia passa a integrar uma Junta nomeada pelos vizinhos da Paróquia, encarregue de promover e administrar os negócios de interesse local. Além dos membros nomeados em função do número de fogos, a Junta era composta por um secretário que servia como escrivão do regedor. As funções do Regedor de Paróquia eram vastas e distintas, competia-lhe fazer auto de todas as transgressões das posturas municipais, manter a ordem pública, evitando tumultos ou motins, recolher as crianças abandonadas e remetê-las à Roda dos Enjeitados do Concelho, vigiar estalagens e tabernas e adotar medidas de saúde pública, entre outras competências que visavam a boa governação da paróquia junto das restantes autoridades administrativas. À Junta de Paróquia competia cuidar e reparar a Igreja, cuidar das despesas do culto, administrar rendimentos ou esmolas, conservar um registo dos casamentos, nascimentos e óbitos, para além de outras funções que lhes eram atribuídas consoante se estavam situadas ou não dentro das cidades e vilas ou nos arredores. Embora tenham sido extintas pelo Decreto de 16 de maio de 1832, as Juntas de Paróquia voltaram a ser autorizadas pela Lei de 25 de Abril de 1835, cujas atribuições foram instituídas pelo Decreto de 18 de julho do mesmo ano, passando então a existir em cada Junta de Paróquia um Comissário. O código Administrativo de 1842 e seguintes mantêm na generalidade as mesmas funções do Regedor e da Junta de Paróquia, mas esta passa a integrar um Pároco. Embora com algumas interrupções, a figura do pároco manteve-se até à implantação da República.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Faz parte deste fundo um livro de Recibos da Junta de Paróquia, do ano de 1878 a 1895.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.

- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Santos, J.A. (1995). *As Freguesias. História e Actualidade*. Celta Editora.

1.6 Junta de Paróquia de Lagoa

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPL.
- **Título** Junta de Paróquia de Lagoa.
- **Data(s)** 1878-1895.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Ver Junta de Paróquia de Antas.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Faz parte deste fundo um livro de Receita e Despesa da Junta de Paróquia, do ano de 1878 a 1895.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Santos, J.A. (1995). *As Freguesias. História e Actualidade*. Celta Editora.

1.7 Junta Escolar do concelho de Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JEVNF.
- **Título** Junta Escolar do Concelho de Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1835-1884.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 2 livros; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Ministério da Instrução Pública. Junta Escolar de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Em 1870, é extinta a Direção-Geral da Instrução Pública que integrava o Ministério do Reino e criou-se, para tratar dos assuntos da educação, o Ministério da Instrução Pública. António da Costa (de Macedo), primeiro-ministro da Instrução Pública, durante os seus escassos 69 dias de governo elabora a reforma da instrução primária pelo Decreto de 16 de agosto de 1870. A preocupação principal era a descentralização do ensino primário e a entrega às câmaras as escolas primárias. Cada câmara nomeava uma junta escolar composta por três vogais, escolhidos entre os vereadores ou outros cidadãos que coadjuvavam as câmaras no exercício das suas funções, que incluíam a nomeação de professores. As juntas escolares viriam, mais tarde, pelo Decreto n.º 5787-A, de maio de 1919, a adquirir maior relevância administrativa e legal. A administração das escolas primárias e a assistência dos alunos competia, dentro de cada concelho, a uma junta escolar. Era constituída pelos vereadores da Fazenda e da Instrução da câmara municipal, por um representante das juntas de freguesia do concelho, por três professores do ensino primário eleitos pelos professores do concelho, pelo inspetor do círculo ou seu delegado e pelo secretário de finanças do concelho. As atribuições das juntas escolares eram vastas: elaboração do orçamento anual do

ensino primário do concelho; construção de edifícios; aquisição de material didático; pagamento de vencimentos de professores; assistência aos alunos necessitados e criação de cursos noturnos e dominicais. As juntas escolares foram extintas pelo Decreto n.º 10776 de 19 de maio de 1926.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** O fundo é composto por: Secção A Serviços Administrativos – Expediente (1 livro) e Série Registos de escrituras (1 livro).
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Bárbara, A. M. (1979). *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal, da Reforma Pombalina à 1.ª República*. Assírio e Alvim.

2. ARQUIVOS JUDICIAIS

2.1 Juízo de Paz das freguesias de Fradelos e Vermoim

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPFV
- **Título** Juízo de Paz das freguesias de Fradelos e Vermoim.
- **Data(s)** 1835.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Julgado de Paz de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** A Carta Constitucional de 1826 introduziu os tribunais ou julgados de paz, essencialmente

destinados a tentarem a conciliação entre pessoas desavindas, para evitar que se envolvessem em questões judiciais a que pelas demoras, gastos e outros incómodos que acarretam, que só se deviam recorrer depois de esgotada a possibilidade de uma solução pacífica. Aos Juizes de Paz cabiam inúmeras e importantes tarefas inerentes à sua condição de apaziguadores e garantes da paz e tranquilidade públicas. Tinham de conciliar e compor as partes, separar e apaziguar ajuntamentos e motins, obrigar vadios, mendigos, turbulentos, bêbados e meretrizes a assinarem termo de bem viver, mandar fazer exame em casos de morte, ferimento e agressão física, informar o Juiz dos Órfãos ou o Juiz de Direito sobre quem eram os órfãos, que bens possuíam, quem havia falecido, com ou sem testamento, com ou sem herdeiros.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é constituído pela Certidão do Registo das Conciliações.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga*. Estudo e inventário. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.

2.2 Juízo de Paz da freguesia de Santa Maria de Oliveira

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPSMO.

- **Título** Juízo de Paz da freguesia de Santa Maria de Oliveira.
- **Data(s)** 1834 a 1836.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 2 livros; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Julgado de Paz de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Ver Juízo de Paz das freg. de Fradelos e Vermoim.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é constituído pelo Livro das Conciliações de 1834 a 1835 e pelo Registo das Conciliações datado de 1835 a 1836.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga*. Estudo e inventário. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.

2.3 Juízo de Paz da freguesia de Ruivães

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPR.
- **Título** Juízo de Paz da freguesia de Ruivães.
- **Data(s)** 1835 a 1836.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Julgado de Paz de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Ver Juízo de Paz das freg. de Fradelos e Vermoim.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.

- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é constituído pelo Livro das Conciliações de 1835 a 1836.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga*. Estudo e inventário. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.

2.4 Juízo de Paz da freguesia de São Miguel das Aves

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPSMA.
- **Título** Juízo de Paz da freguesia de São Miguel das Aves.
- **Data(s)** 1834 a 1836.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Julgado de Paz de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Ver Juízo de Paz das freg. de Fradelos e Vermoim.
- **História custodial e arquivística** A freguesia de São Miguel das Aves pertenceu, inicialmente, ao concelho de Vila Nova de Famalicão. Carvalho da Costa chama-lhe “São Miguel de Entre Ambas as Aves”, registando como sua anexa, a freguesia de São Salvador do Campo, ambas no termo de Barcelos. Pertence à diocese de Braga. Atualmente é Vila das Aves, Santo Tirso.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.

- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é constituído pelo Livro do Registo das Conciliações de 1834 a 1836.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga*. Estudo e inventário. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.

2.5 Juízo de Paz da freguesia de São Tiago de Antas

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPSTA.
- **Título** Juízo de Paz da freguesia de São Tiago de Antas.
- **Data(s)** 1872.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Julgado de Paz de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Ver Juízo de Paz das freg. de Fradelos e Vermoim.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é constituído pelo Registo das Conciliações de 1872.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta

o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.

- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga. Estudo e inventário*. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.

2.6 Tribunal de Trabalho de Braga 3.º Vara – Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/TTB-VNF.
- **Título** Tribunal de Trabalho de Braga 3.º Vara – Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1968-1983.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 60 caixas.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Círculo Judicial de Vila Nova de Famalicão.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** Autos de execução e Autos de Transgressão.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, com algumas restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.

3. ARQUIVOS PRIVADOS

3.1 Confrarias

3.1.1 Confraria das Almas da freguesia de São Tiago da Cruz

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CACST.
- **Título** Confraria das Almas da freguesia de São Tiago da Cruz.
- **Data(s)** 1873 a 1898.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Confraria das Almas da freguesia de São Tiago da Cruz.
- **História administrativa/biográfica** Em Portugal as confrarias assumiram a forma de associação voluntária em que se agrupavam os irmãos para um auxílio mútuo, tanto no material como no espiritual. O surto da criação das confrarias teve lugar a partir do séc. XII e XIII, mas foi após o Concílio de Trento (1545 a 1563) que estas sofreram um incremento. As autoridades eclesiásticas desenvolveram esforços através do incentivo e até da pressão para instituir as confrarias mais úteis aos objetivos da Reforma católica. Coube ao Concílio de Trento definir com rigor as suas competências. Foi a partir deste que tomou corpo a divisão das confrarias laicas e eclesiásticas: as primeiras eram fundadas sem a intervenção da autoridade eclesiástica enquanto as segundas deviam a sua criação a um prelado, submetiam os seus estatutos à autorização do bispo e estavam sujeitas a visitas. A referência obrigatória de qualquer confraria era constituída por um altar com as respetivas imagens, altar esse que se podia situar numa igreja de qualquer tipo: paroquial, conventual, uma simples ermida. Enquanto confrarias paroquiais, uma das principais funções era a manutenção da igreja paroquial e do culto: os confrades podiam cotizar-se para pagar as obras e despesas da igreja, revezavam-se para conservar os altares em ordem, organizavam as procissões e festas religiosas, tinham ainda obrigações precisas de, quando morria um deles, zelar para morresse sacramentado, efetuar o transporte do corpo de casa para a igreja, fornecer círios para o funeral, acompanhar

o velório e o enterro. As atividades assistenciais eram exercidas no âmbito restrito dos confrades: os únicos indivíduos externos à confraria que recebiam assistência eram os mendigos e forasteiros que morriam na paróquia. Outra forma de prestar assistência, embora não isenta de ambiguidade, era o empréstimo de dinheiro a juros aos confrades. No que concerne ao recrutamento estas circunscreviam-se geralmente aos fregueses. Tudo indica que pertencia a pelo menos uma das confrarias existentes na paróquia. Com o decorrer dos tempos as confrarias sofreram mudanças, nomeadamente com o Regime Liberal e com a Implantação da República. Com o regime Liberal passaram a ser mais fiscalizadas e também aumentou a sua sujeição às autoridades civis. A partir da publicação do Código Administrativo de 1842 ficam sujeitas às autoridades civis. O papel fiscalizador destas associações, reservado desde 1832 aos administradores do concelho, passou para as mãos dos governadores civis. Os estatutos passaram a ser aprovados pelas respetivas autoridades. A Portaria de 30 de dezembro de 1852 estabelecia que as novas irmandades eram obrigadas a requerer a aprovação dos seus estatutos e ainda uma licença para se constituírem.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é composto pelo Livro de Receita e Despesa dos anos 1873 a 1898.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.

• Fontes e bibliografia

Araújo, M. (2018). *Na vida e na morte: as confrarias de Braga na Época Moderna*. Institución Fernando El Católico. <https://hdl.handle.net/1822/82325>.

3.1.2 Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia do Louro

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CSSL.
- **Título** Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia do Louro.
- **Data(s)** 1881 a 1894.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia do Louro.
- **História administrativa/biográfica** Ver Confraria das Almas da freg. de São Tiago da Cruz
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é composto pelo Livro de Receita e Despesa dos anos 1881 a 1894.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Araújo, M. (2018). *Na vida e na morte: as confrarias de Braga na Época Moderna*. Institución Fernando El Católico. <https://hdl.handle.net/1822/82325>.

3.1.3 Confraria de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Pedome

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CNSRP.
- **Título** Confraria de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Pedome.
- **Data(s)** 1858 a 1892.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Confraria de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Pedome.
- **História administrativa/biográfica** Ver Confraria das Almas da freg. de São Tiago da Cruz.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é composto pelo Livro de Receita e Despesa dos anos 1858 a 1892.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Araújo, M. (2018). *Na vida e na morte: as confrarias de Braga na Época Moderna*. Institución Fernando El Católico. <https://hdl.handle.net/1822/82325>.

3.2 Colegiadas

3.2.1 Colegiada de São Tiago de Antas

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CSTA.
- **Título** Colegiada de São Tiago de Antas.
- **Data(s)** 1400 a 1909.

- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 658 documentos (598 em papel; 60 pergaminhos).
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Colegiada de São Tiago de Antas.
- **História administrativa/biográfica** A escassez documental impede-nos de sabermos quando, em que condições e por quem foi fundada a colegiada de S. Tiago de Antas, tornando-se necessário lançar mão de todos os elementos disponíveis no sentido de uma aproximação à data dos primórdios desta colegiada. Assim, nas inquirições de 1220, pelo depoimento do pároco Pedro Mendes e dos restantes jurados não se vislumbra qualquer indício de que a colegiada já existisse, disseram, apenas, que o rei tinha aí algumas entradas e que lhe pagam o terço, que por fossadeira davam três bragais, que o rei não era padroeiro ou patrono da igreja e que esta igreja tinha searas e dezoito casais. Em 1258, foi também o pároco, João Pires, que, sob juramento, respondeu aos inquiridores, informando-os, minuciosamente, de quanto aí se pagava ao rei, que em Cinzães tinha sido povoado, havia pouco, 1/4 de casal, que estava ermo, e que nesta freguesia tinham sido criados diversos filhos e filhas de cavaleiros, tendo-se honrado, desta forma, diversas quintas e casais, onde os mordomos do rei não entravam, acrescentando, com que pagavam voz e coima e fossadeira. Mas não se detectam sinais de colegiada, que terá sido instituída entre 1258 e 1295. Com efeito, no contrato de aforamento de meio casal que a colegiada tinha em Vilarinho, feito a Sancha Lourenço, em de 20 de fevereiro de 1295, a colegiada de S. Tiago de Antas já existia, pois, neste contrato, além do abade ou prior, Afonso Rodrigues, outorgaram também os seis clérigos desta igreja. Enquanto não surgirem documentos mais explícitos, podemos afirmar que esta colegiada é posterior a 1258 e anterior a 20 de fevereiro de 1295.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Conjunto de documentos dos quais mais de 50% são cartas de empenhamento (património fundiário da Igreja de S. Tiago de Antas). Composto por 60 documentos em pergaminho e 598 documentos em papel.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. As condições de acesso aos documentos estão sujeitas ao estado físico de cada um dos documentos. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução. Os documentos em pergaminho com restrições de consulta.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português, Latim.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Marques, J. (2005). A terra de Vermoim na Idade Média. In *História de V.N. de Famalicão*. Câmara Municipal de V.N.Famalicão.
Salgado, B. (1976). *O Tombo da Igreja de S. Tiago de Antas de 20 de Setembro de 1555*. Gabinete do Vale do Rio Ave.
Silva, A. J. (1983). O Cartório da Igreja de S. Tiago de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 4, 37-45.
Soares, F. N. (1998). A Reforma católica no Concelho de V. N. Famalicão: Visitações quinhentistas de S. Tiago de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 15, 9-55.
Vieira, A. M. (2000). Paróquia de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 17, 107-123.

3.3 Arquivos pessoais

3.3.1 Alberto Sampaio

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/AS.
- **Título** Alberto Sampaio.
- **Data(s)** 1852 a 1941.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 12 caixas.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Alberto Sampaio.
- **História administrativa/biográfica** Uma parte significativa do acervo arquivo pessoal de Alberto Sampaio encontra-se na posse da família e a sua vasta biblioteca integra o espólio do Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães. O arquivo que aqui se descreve refere-se somente a uma parte daquilo que seria o todo da produção de informação desta personalidade. Este arquivo é um conjunto documental que se enquadra na categoria dos arquivos privados e se insere nos denominados arquivos pessoais.
- **História custodial e arquivística** Em 2011, foi realizado um inventário, resultante da compra da documentação, em 1994, pelo Município de Vila Nova de Famalicão à família. Este inventário descreve minuciosamente todas as unidades documentais e apresenta o arquivo organizado em séries com as seguintes designações: documentos relacionados com a obra, documentos relacionados com a investigação, correspondência recebida e expedida, documentos relacionados com a Universidade de Coimbra, documentos relacionados com a sua atividade intelectual e cívica em Guimarães, documentos literários, documentos sobre agricultura e vitivinicultura e documentos pessoais. Os documentos foram organizados fisicamente segundo esta estrutura organizativa e acondicionados em doze caixas temáticas correspondentes às séries.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Compra.

- **Âmbito e conteúdo** O arquivo Alberto Sampaio (AS), conservado no AMAS é composto por 866 unidades documentais, compreendidas entre os anos de 1852 a 1941. Abarca várias tipologias documentais, como correspondência, manuscritos, provas tipográficas, cadernos. Encontram-se também inúmeros maços de notas manuscritas provenientes de investigação para elaboração das obras posteriormente publicadas, assim como apontamentos com referências bibliográficas sobre práticas e experiências agrícolas, sobre a vitivinicultura, etc.
- **Sistema de organização** Sistema de informação.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Fundo Documental de Alberto Sampaio.
- **Fontes e bibliografia**
Faria, E. N. (2011). *Fundo documental de Alberto Sampaio*. Trabalho não publicado. Em consulta no AMAS.
Faria, E. N.; Martins, A. (2012). *Fotobiografia de Alberto Sampaio: A paixão das origens*. Guimarães: Capital Europeia da Cultura.

3.3.2 Joaquim José Sousa Fernandes

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/SF.
- **Título** Joaquim José Sousa Fernandes.
- **Data(s)** 1849-1928.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 50 caixas.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Joaquim José Sousa Fernandes.
- **História administrativa/biográfica** Joaquim José de Sousa Fernandes nasceu em Vila Nova de Famalicão, a 24 de janeiro de 1849. Emigrou muito novo, com 13 anos, para o

Brasil. No Rio de Janeiro foi inicialmente caixeiro, ao mesmo tempo que prosseguia os estudos. A aposta na sua educação foi crucial para uma fulgurante trajetória, onde ascendeu ao cargo de Presidente Honorário do Retiro Literário Português. Defensor e propagandista dos ideais republicanos, a sua ação política em V.N. Famalicão revelou-se determinante para a criação de uma Comissão Municipal. Em 1895, foi redator do primeiro semanário republicano de Vila Nova de Famalicão, «O Porvir», no qual viria a ocupar o lugar de diretor. Fundador da Revista Nova Alvorada. A seguir à implantação da República, exerceu os cargos de Administrador do Concelho e de Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (1910-1913). A fundação da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco marcou o seu mandato à frente da autarquia. Na sua atividade intelectual destacam-se o desempenho com que exerceu o lugar de Diretor da Casa Museu de Camilo, depois da saída, em 1924, de José de Azevedo e Menezes, e os livros que deu à estampa: Pequenos Estudos e Telas de Viagem. Foi eleito deputado pelo círculo de Braga (1911), passando a senador pelo mesmo círculo. Morreu em 13 de abril de 1928, na sua casa de Mões, em Vila Nova de Famalicão.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** Série Correspondência recebida entre 1862 e 1928 (8091 cartas): Familiar, Amigos, Trabalho, Jornalismo-Literatura, Política. Série Documentos.
- **Sistema de organização** Temático. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.

- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.

- **Fontes e bibliografia**

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. (1988). *Sexagésimo aniversário da morte do Senador Sousa Fernandes: Exposição 9 a 31 julho 1988*. C.M.V.N.F.

Paiva, O. (2017). Cartas que navegam, estudo de caso de um «brasileiro» do Minho entre o século XIX e o XX. *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, 8, 391-407.

3.3.3 Daniel Rodrigues

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/DR.
- **Título** Daniel Rodrigues.
- **Data(s)** 1890 a 1990.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 237 documentos; papel, madeira.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Daniel Rodrigues.
- **História administrativa/biográfica** Daniel José Rodrigues nasceu na freguesia de Britelo, concelho de Celorico de Basto, a 8 de maio de 1877. Terminou o curso em 1900, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde participou no movimento da propaganda republicana. Iniciou a carreira profissional, como subdelegado do Procurador Régio, em Macedo de Cavaleiros. Teve vários cargos, em meados de outubro de 1910, foi chamado a Lisboa pelo Bernardino Machado, para tomar posse do lugar de Delegado do Procurador da República, tendo sido escolhido pelo Governo Provisório para promotor público, nomeado vogal da Comissão de Inquérito aos Tribunais Cíveis de 1.ª instância, de Lisboa. Em 1912, foi Presidente da Comissão Municipal de Lisboa, do Partido Republicano Português e da Comissão Administrativa do Centro Republicano. Ligado ao Partido Democrático e a Afonso Costa, foi nomeado Governador Civil de Lisboa. Em 1913, foi eleito deputado por

Penafiel e Senado. Participou na Revolução de maio de 1915 e ocupou cargos diversos. Foi nomeado vogal secretário da Intendência dos Bens dos Inimigos, organismo do Ministério das Finanças e Administrador Geral da Caixa Geral de Depósitos, em 1917. Ocupou a pasta das Finanças em 1917. A fase seguinte da sua carreira ficaria assinalada pelo grande incremento da Caixa Geral de Depósitos, que a tornou numa grande instituição de crédito, do Estado. Nas eleições municipais de 1920, seria eleito para a Câmara Municipal de Lisboa e reeleito nas eleições de 1922. Foi Ministro das Finanças, no Governo Rodrigues Gaspar. Do 28 de Maio de 1926 a 1931, data em que deixou de exercer as funções de Administrador-Geral da Caixa Geral de Depósitos, a vida de Daniel Rodrigues foi um contínuo sobressalto, com o seu trabalho na Caixa constantemente interrompido por prisões e momentos de clandestinidade, e terminou a sua atividade em Vila Nova de Famalicão.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** Doação da família, em 12 de novembro 1987, à Câmara Municipal de V.N. Famalicão. Fundo organizado em oito séries.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Portugueses.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.
- **Fontes e bibliografia** Bacelar, A. (1989). Perfil de Daniel Rodrigues. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 9, 123-126. Rego, R. (1989). Conferência. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 9, 126-127.

Rodrigues, Daniel. (1990). *Correspondência de Sousa Fernandes*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Rosas, F. (1989). Conferência. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 9, 128-133.

Silva, A. J. (1989). Introdução. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 9, 119-121.

3.3.4 José de Azevedo Menezes

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JAM.
- **Título** José de Azevedo Menezes.
- **Data(s)** 1818 a 1918.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 445 u.i.; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** José de Azevedo Menezes.
- **História administrativa/biográfica** Fama-license ilustre, José de Azevedo e Menezes (1849-1938) foi um erudito que colaborou em variadíssimos jornais: *Novidades*, *O Primeiro de Janeiro*, *Nova Alvorada*, *Correio do Minho*, *Progresso Católico* e *A Palavra*, do Porto, de que foi um dos fundadores. Publicou *Ninharias* (1911) e projetou reunir em 6 vols. a vasta colaboração dispersa. Exerceu cargos importantes: 2.º provedor do Hospital de S. João de Deus (1880-1881), presidente da Câmara Municipal (1896-1898), presidente e fundador da Conferência de S. Vicente de Paulo, tendo sido um dos inspiradores da reconstrução da casa de São Miguel de Seide, destruída pelo incêndio de 1915, e que é hoje a Casa-Museu de Camilo.
- **História custodial e arquivística** O Fundo José de Azevedo e Menezes entrou no Arquivo Municipal Alberto Sampaio em 10/06/2015 data em que foi assinado o contrato de doação numa cerimónia que teve lugar na Casa do Vinhal, propriedade da família de José de Azevedo e Menezes, com as presenças do Presidente da Câmara

Municipal e do bisneto de JAM, Martim Lopes de Azevedo e Menezes.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** O arquivo apresentava uma estrutura original própria que se manteve. O plano de classificação estabelecido abrange: Série 001 Correspondência recebida, Série 002 Documentos de investigação histórica, Série 003 Documentos Camilianos, Série 004 Documentos sobre política, Série 005 Documentos sobre o arquivo de JAM, Série 006 Documentos pessoais de JAM, Série 007 Correspondência para outros familiares de JAM.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.
- **Fontes e bibliografia** Correspondência de José de Azevedo e Menezes: 1878-1933. (2018-2109). introd., leitura e notas Emília Nóvoa Faria. Húmus.

3.4 Arquivos de família

3.4.1 Arquivo Casa de Pindela

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/ACP.
- **Título** Arquivo Casa de Pindela.
- **Data(s)** 1538 a 1980.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 90 caixas; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Gerações da Casa de Pindela.
- **História administrativa/biográfica** Optou-se pela designação Arquivo Casa de Pindela para se obter uma unicidade dos acervos doados, pois pertencem à mesma história biográfica, familiar e administrativa da Casa

- de Pindela, ao longo de quinze gerações e seis subsistemas de famílias interligados, nomeadamente António Machado da Guerra, Casa Refalcão, Condes de Arnoso, Casa de Vila Real, Braamcamp de Almeida Castelo-Branco, Rangel e Quadros. O acervo designado por APCP contém várias tipologias de documentos, como cartas de compras, aforamentos, sentenças de arrematação, escrituras de transação, escrituras de troca, arrendamentos, obrigações, escrituras a dinheiro, pagamentos, sentenças, cartas precatórias, sentenças cíveis, testamentos, minutas de testamentos, escrituras de casamento, certidões de legado de missas e apontamentos pessoais, etc. Este acervo diz respeito à 1.ª Geração da família até à 15.ª Geração. São sobretudo documentos provenientes da Administração da Casa de Pindela e são descritos na subsecção geração correspondente. O acervo designado EEP – correspondência dos Viscondes de Pindela – corresponde à 13.ª, 14.ª e 15.ª Geração da Família da Casa de Pindela (1.º, 2.º e 3.º Visconde de Pindela), na série Correspondência.
- **História custodial e arquivística** O Arquivo Casa de Pindela foi incorporado no Arquivo Municipal, após a celebração do contrato de doação, que foi deliberado e aprovado na C.M.V.N. Famalicão, em Reunião de Câmara ordinária e pública, em 5 novembro 2015. Esta doação foi constituída por documentos de natureza diversa, desde peças judiciais, testamentos, correspondência e outros. Como se refere no contrato de doação, o acervo documental estava dividido em duas partes, a primeira constituída por escrituras de natureza diversa e segunda constituída por correspondência recebida e enviada a personalidades célebres dos meios políticos, diplomáticos e culturais dos séculos XIX e XX. Este acervo não possuía qualquer organização. A documentação do primeiro acervo foi organizada e arquivada em pastas pelo do Abade de Tagilde, a pedido de Vicente Pinheiro, 2.º Visconde de Pindela.
 - **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
 - **Âmbito e conteúdo** O Arquivo Casa de Pindela foi organizado em 15 gerações da família, por secções, subsecções, séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas. Fazem parte deste sistema outros subsistemas de famílias: António Machado da Guerra e Ana Fagundes de Mendanha; Casa Refalcão; Condes de Arnoso; Casa de Vila Real; Braamcamp de Almeida Castelo-Branco e Rangel e Quadros.
 - **Sistema de organização** Sistema de informação.
 - **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
 - **Idioma(s) e escrita(s)** Português, Latim, Francês, Alemão, Inglês, Castelhana, etc.
 - **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário Casa de Pindela.
 - **Fontes e bibliografia**
Alvim, L. (2023). Arquivo Casa de Pindela: uma abordagem sistémica. In 14.º Congresso Nacional BAD. BAD.
Machado, J. A. (1999). *O Morgadio de Pindela*. Ed. autor.
- ### 3.5 Arquivos de associações, coletividades e comissões
- #### 3.5.1 Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão
- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/AHBVF.
 - **Título** Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão.
 - **Data(s)** 1890 a 2004.
 - **Nível de descrição** Fundo.
 - **Dimensão e suporte** 195 u.i. em 56 caixas.

- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** A fundação da Associação foi em 1890 com aprovação dos Estatutos e a eleição dos Corpos Sociais da Associação e do Comando da Corporação com a direção, Presidente Daniel Augusto dos Santos, na Assembleia-Geral: Presidente – Joaquim José Sousa Fernandes e no Comando: 1.º Comandante – Francisco Maria de Oliveira e Silva. Em 1940 a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários completou 50 anos ao serviço. Em 1966, foi a inauguração do novo quartel e as suas Bodas de Diamante. Inauguração do novo e atual quartel foi em 1985. As Festas do centenário foram em 1990.
- **História custodial e arquivística** O fundo foi arranjado e organizado pelo AMAS.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Contrato de comodato.
- **Âmbito e conteúdo** O fundo da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão é composto por: Secção A Associação, Secção B Comando, Secção C Arquivo Hilário Carvalho, Secção D Iconografia.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário da AHBVF.
- **Fontes e bibliografia** Guião da Exposição Bombeiros de Famalicão 125 anos de solidariedade. (2015). C.M.V.N.F.

3.5.2 Rotary Club de Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/RCF.
- **Título** Rotary Club de Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1946 a 2023.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 16 caixas; papel, bronze, tecido e plástico.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Rotary Club de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** O Club chegou a Vila Nova de Famalicão em 21 de fevereiro de 1970, apadrinhado pelo Rotary Club de Guimarães. Tendo passado mais de 110 anos desde que advogado Paul Harris formou o Rotary Club de Chicago, no dia 23 de fevereiro de 1905, para que profissionais de diferentes setores pudessem interagir fortalecer os seus vínculos de amizade e ajudar diferentes comunidades. Em 2020, O Rotary Club de V.N. Famalicão fez meio século de história de uma rede global de líderes comunitários amigos e vizinhos que veem um mundo onde as pessoas se unem e entram em ação para causar mudanças duradouras em si mesmas, nas suas comunidades. Servir ao próximo, difundir a integridade e promover a boa vontade, paz e compreensão mundial por meio da consolidação de boas relações entre líderes profissionais, empresariais e comunitários é a missão do Rotary Club.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Contrato de comodato.
- **Âmbito e conteúdo** O plano de classificação com várias secções: Secção A Rotary Club de Vila Nova de Famalicão (Série 001 Correspondência recebida, Série 002 Correspondência enviada, Série 003 Documentos, Série 004 Publicações periódicas, Série 005 Livros, Série 006 Documentos Gráficos, Série 007 Documentos tridimensionais, Série 008 Documentos multimédia, Série 009 Quadros, Série 010 Fotografias). Secção B Fundação Rotária Portuguesa. Série 001 Documentos,

Série 002 Publicações periódicas, Série 003 Livros. Secção C Rotary International.

- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português, Inglês e Francês.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Rotary Club de V.N. Famalicão.
- **Fontes e bibliografia** Cinquentenário do Rotary Club de Vila Nova de Famalicão. (2020). Rotary Club de Vila Nova de Famalicão.

3.5.3 Comissão Promotora da Homenagem Póstuma ao Grande Escritor Camilo Castelo Branco

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CHCCB.
- **Título** Comissão Promotora da Homenagem Póstuma ao Grande Escritor Camilo Castelo Branco.
- **Data(s)** 1915 a 1921.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Comissão Promotora da Homenagem Póstuma ao Grande Escritor Camilo Castelo Branco.
- **História administrativa/biográfica** Em 1915, João Machado Pinheiro Correia de Melo, 1.º visconde de Pindela, juntamente com José de Azevedo e Menezes e Nuno Simões, foram subscritores de uma carta aberta que convidava a população de Famalicão a participar numa reunião no Salão Olympia para se discutir o projeto do Museu Camilo. No dia 11 de abril reuniu-se a mesa, presidida pelo 1º visconde de Pindela e propôs-se à assembleia a constituição de uma comissão,

denominada Comissão promotora da homenagem póstuma ao grande escritor Camilo Castelo Branco, composta por: José de Azevedo e Menezes, Francisco Correia de Mesquita, Nuno Simões, Daniel Augusto dos Santos, Francisco Maria de Oliveira e Silva, José Robalo Ferreira. No 18 de abril de 1915, a Comissão reuniu, na Casa do Vinhal, para a nomeação dos titulares aos cargos Presidente – José de Azevedo e Menezes, Secretário – Nuno Simões, Tesoureiro – Francisco Correia de Mesquita Guimarães.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** O fundo é constituído pelo Livro de Actas da Comissão Promotora da Homenagem póstuma a ao grande escritor Camilo Castelo Branco, de 11 abril 1915 a 5 junho de 1921.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Comissão Promotora da Homenagem Póstuma ao Grande Escritor Camilo Castelo Branco (1915-1921). Livro de Atas. Manuscrito.

3.6 Arquivos de empresas

3.6.1 A Boa Reguladora

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/BR.
- **Título** A Boa Reguladora.
- **Data(s)** 1892-2007.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** Em tratamento.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** A Boa Reguladora.

- **História administrativa/biográfica** A Boa Reguladora resultou de uma sociedade formalmente constituída em 1892, por escritura registada no cartório notarial de Vila Nova de Famalicão, entre João José de São Paulo, negociante e natural do Porto, e José Gomes da Costa Carvalho, proprietário e natural de Mouquim, com capital ilimitado e em partes iguais. Destinada ao comércio de relógios ou de objectos relacionados com relojoaria e particularmente ao seu fabrico. Tendo falecido João São Paulo em 1895 a sociedade foi reconstituída com José Carvalho e seu o seu irmão Lino de Carvalho, dado na escritura como relojoeiro, e o principal credor Joaquim Martins de Oliveira Rocha. A firma assume então a designação Carvalho, Irmão & C^a, ficando os dois irmãos como sócios de capital e de indústria e Oliveira Rocha apenas como sócio capitalista. Prevendo-se desde logo a possibilidade de transferência da fábrica para outra localidade. Não havendo bens imóveis, a fábrica foi logo transferida para Vila Nova de Famalicão e implantaram fábrica junto à linha férrea, em Calendário. Nos inícios do século, a empresa já denominada A Boa Reguladora, de J. Carvalho & Irmão, anunciava não só como fábrica de relógios, mas também como carpintaria mecânica, serração e moagem.
- **História custodial e arquivística** A ITRON – Sistemas de medição, Lda, dona legítima do arquivo da extinta empresa “Boa Reguladora”, fez uma doação ao arquivo municipal da extinta empresa, em novembro de 2022, aprovado em Reunião de Câmara Municipal de V.N. Famalicão, em 23 de março de 2023.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** Em tratamento.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Em tratamento.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, em tratamento.
- **Fontes e bibliografia** Alves, J. (2005). A Indústria em Vila Nova de Famalicão: Uma perspectiva histórica. In Capela, J. V. (coord.). *História de Vila Nova de Famalicão*. Quasi Edições, 457-458. Costa, Miguel Dias (texto); Carvalho, António Augusto (cord.). (1992). *100 anos Reguladora 1892-1992*. V.N. Famalicão.

3.7 Coleções

3.7.1 Coleção Sousa Cristino

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CSC.
- **Título** Coleção Sousa Cristino.
- **Data(s)** 1876 a 1972.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 283 negativos de fotografias.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** António José Sousa Cristino.
- **História administrativa/biográfica** António José de Sousa Cristino nasceu em 1858. No entanto, as suas tradições familiares conduziram-no a Famalicão, já que o pai, também chamado António José de Sousa Cristino, tinha nascido em Cabeçudos. Sousa Cristino dedicou-se principalmente produção e comercialização de vinhos. A qualidade do seu trabalho levou-o a receber várias medalhas em exposições no país e no estrangeiro. A nível político, foi um militante ativo do Partido Progressista, durante a monarquia, sendo amigo pessoal de José Luciano de Castro. Fez parte da vereação municipal no mandato de 1893-1895 e, na mesma época, foi vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia, numa mesa regedora presidida pelo 2.º Barão de Joane. Fez ainda parte dos corpos gerentes do Sindicato Agrícola de Famalicão. Faleceu na sua Quinta do Reguengo, em Cabeçudos, em 1928.
- **História custodial e arquivística** Os documentos da Quinta do Reguengo foram

doados ao Arquivo Municipal no final da década de 1980. Do arquivo desta casa consta uma coleção de retratos de estúdio, datados de 1870 a 1900. Dela fazem parte trabalhos das mais importantes casas fotográficas do Porto e uma de Lisboa: Alfred Fillon, M. Fritz (ativa entre a década de 1850 e 1873), Emílio Biel (que comprou a casa Fritz), Celestin Bernard e a 'Photographia União', de António Correia da Fonseca. Existem também retratos enviados do Brasil, onde vários familiares se encontravam.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** A coleção de fotografias datada entre 1876 a 1972. Retrata a vivência da família Sousa Cristino e dos que desfrutaram do seu convívio, no quotidiano e nas festas. Destacam-se as imagens do local onde habitavam – Quinta do Reguengo – e da Quinta da Palmeira – local de diversão e de convívio. Esta coleção tem imagens de desfiles populares, indústria, caça, pesca, agricultura (medas, vindima, apanha da batata), meios de transporte e muitos retratos de família. Esta coleção está digital no sistema GEAD (Coleção PT.MVCT.FF.SC.00204) que pode ser consultada internamente no Arquivo Municipal.
- **Sistema de organização** Temática. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.

3.7.2 Coleção Humberto Fonseca

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CHF.
- **Título** Coleção Humberto Fonseca.
- **Data(s)** 1897 a 19--?

- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 958 negativos de vidro; 626 positivos; 606 reproduções em papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Humberto Fonseca.
- **História administrativa/biográfica**

Humberto de Pestana Velosa Camacho da Fonseca nasceu a 5 de novembro de 1877, na freguesia da Lapa, em Lisboa, e passou os primeiros anos da sua vida com os avós. Sua avó Luísa Augusta era aia da rainha D. Amélia. Casou a 23 de junho de 1906, na cidade do Porto, com Beatriz do Rosário Ervina Cardoso e de João Cardoso Júnior, industrial. Foi João Cardoso Júnior que em 1865 comprou a Quinta do Chouso, em Lemente, V.N. Famalicão, com cerca de 60 hectares e uma casa em estilo abasileirado, para onde transferiu a sua residência. Aos poucos foi comprando campos terrenos em volta, até formar uma extensa propriedade que chegava até ao Monte da Senhora do Carmo e a Nine. Foi um artista apaixonado pela fotografia, andando sempre com uma máquina, fotografando tudo o que o cercava, as pontes romanas, os campos, os caminhos e as pessoas de aldeia, os recantos pitorescos da Quinta, a azáfama das vindimas e das desfolhadas, os passeios pelo rio Leça, os picnics elegantes, as reuniões de família, os seus amigos, os barcos, Lemenhe, o Porto, Leça, Vila Nova Famalicão e arredores. Deixou cerca de duas mil fotografias que são o retrato de uma época. Revelava as fotografias num estúdio que montou na Quinta do Chouso, com aparelhos que mandou fazer. Autodidata em música, tocava piano, guitarra e viola baixo. Foi uma das cem primeiras pessoas a ter carta de automóvel em Portugal. Foi marinho, chegando a ser campeão nacional de motonáutica. Enquanto monárquico, foi perseguido nos tempos agitados da implantação da República em Portugal. Por isso deixou o Porto e refugiou-se na Casa da Cotovia, em Lemenhe, desenhada e construída por

ele próprio. Só anos mais tarde é que passou a viver com a família na Quinta do Chouso, onde morreu em 1940.

- **História custodial e arquivística** A coleção de fotografia foi doada por Fernando Fonseca, neto de Humberto Fonseca, ao município de V.N. Famalicão.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** Coleção de negativos de vidro e positivos. Esta coleção está digital no sistema GEAD que pode ser consultada internamente no Arquivo Municipal.
- **Sistema de organização** Temática. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.
- **Fontes e bibliografia** Humberto Fonseca. (1998). C.M.V.N. Famalicão. ISBN: 972-9152-49-7.

3.7.3 Coleção de Fotografia Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CF.
- **Título** Coleção de Fotografia Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1943 a 1970.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** Fotografias.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Em tratamento.
- **Sistema de organização** Temática. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais.

A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.

- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.

3.7.4 Coleção de Postais Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CF.
- **Título** Coleção de Postais Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1900 a 1990.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 171 postais; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito, compra, doação.
- **Âmbito e conteúdo** Fundo constituído por 26 séries que correspondem a editoras/tipografias: Tipografia Minerva 1902-1906; António da Silva Pimenta; M. J. Dias; Fotografia do Bolhão; Tipografia Minerva 1912; Francisco Correia de Mesquita Guimarães; Foto Alvão; Tipografia Minerva 1925-1927; Tipografia Minerva 1929, Centro de Novidades; Tipografia Minerva 1930-1950; Foto Correia; Câmara Municipal V.N. Famalicão. Foto Beleza; Casa Santa Filomena; Casa Voga. Foto Humberto; Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Grafipost Editores; Artes Gráficas Lda; Rodrigo F. da Silva; Rodrigo F. da Silva. FISA; Rodrigo F. da Silva. LIFER; A. Sousa Lopes. Foto Humberto; A. Sousa Lopes. Foto Adriano; A. Sousa Lopes. Foto Cruzarte; Âncora; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão – Famalicão Antigo; Diversos.
- **Sistema de organização** Por Editora/Tipografia. Ordenação numérica.

- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.

3.7.5 Coleção de Fotografias da Exposição Humberto Fonseca

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CFEHF.
- **Título** Coleção de Fotografias da Exposição Humberto Fonseca.
- **Data(s)** 1998.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 184 fotografias coladas em Kapa line.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Humberto Fonseca.
- **História custodial e arquivística** Conjunto de fotografias oriundas Coleção Humberto Fonseca para uma exposição realizada no átrio da Câmara Municipal de V.N. Famalicão em 1998. A numeração das fotografias é igual à numeração do catálogo “Humberto Fonseca” editado pela Câmara Municipal.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Produção da exposição pela Câmara Municipal V.N. de Famalicão.
- **Âmbito e conteúdo** Coleção constituída por 184 fotografias (24 × 30 cm) coladas em Kapa line com dimensão 30 × 40 cm.
- **Sistema de organização** Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.
- **Fontes e bibliografia** Humberto Fonseca. (1998). C.M.V.N. Famalicão. ISBN: 972-9152-49-7.

Considerações finais

Pretende-se com este trabalho contribuir para o conhecimento da história administrativa e biográfica, assim como a história custodial e arquivística, dos fundos e coleções do Arquivo Municipal de V. N. de Famalicão.

Reconstruiu-se o acervo arquivístico, efetuando uma organização intelectual sobre os fundos, criando planos de classificação e descrição da documentação, para permitir o acesso aos fundos e a sua disponibilização em catálogo *online*, possibilitando ao cidadão e ao investigador o conhecimento sobre a memória e o património do concelho.

Bibliografia

- Alves, J. (2005). A Indústria em Vila Nova de Famalicão: Uma perspectiva histórica. Em *Capela, J. V. (coord.), História de Vila Nova de Famalicão*. Quasi Edições, 457-458.
- Alvim, L. (2023). Arquivo Casa de Pindela: uma abordagem sistémica. Em 14.º Congresso Nacional BAD. BAD. <https://doi.org/10.48798/congressobad.2929>
- Araújo, M. (2018). *Na vida e na morte: as confrarias de Braga na Época Moderna*. Institución Fernando El Católico. <https://hdl.handle.net/1822/82325>
- Bárbara, A. M. (1979). *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal, da Reforma Pombalina à 1.ª República*. Assírio e Alvim.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. (1988). *Sexagésimo aniversário da morte do Senador Sousa Fernandes: Exposição 9 a 31 julho 1988*. C.M.V.N.F.
- Carvalho, V. (1947). *Aspectos de Vila Nova – Justiça*. V.N. Famalicão: Ed. autor.
- Castro, M. Fátima (2005). O Couto de Landim: notas sobre a sua origem. Em *História de Vila Nova de Famalicão*. Quasi Edições.
- Cinquentenário do Rotary Club de Vila Nova de Famalicão. (2020). Rotary Club de Vila Nova de Famalicão.
- Comissão Promotora da Homenagem Póstuma ao Grande Escritor Camilo Castelo Branco (1915-1921). Livro de Atas. Manuscrito.
- Correspondência de José de Azevedo e Menezes: 1878-1933. (2018-2109). introd., leitura e notas Emília Nóvoa Faria. Húmus.
- Costa, Miguel Dias (texto); Carvalho, António Augusto (cord.). (1992). *100 anos Reguladora 1892-1992*. V.N. Famalicão.
- Direção Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. (2011). ODA: *Orientações para a Descrição Arquivística*. DGARQ.
- Faria, D. (2015). O Município na monarquia constitucional e na primeira República. In *As portas da História de Vila Nova de Famalicão: 1835-2015* (vol. 1, 18-29). Câmara Municipal V.N. Famalicão.
- Faria, E. N. (2011). *Fundo documental de Alberto Sampaio*. Trabalho não publicado. Em consulta no AMAS.
- Faria, E. N.; Martins, A. (2012). *Fotobiografia de Alberto Sampaio: A paixão das origens*. G. Capital Europeia da Cultura.
- Humberto Fonseca. (1998). C.M.V.N. Famalicão. ISBN: 972-9152-49-7.
- ICA (2002). *ISAD (G) – Norma Internacional de Descrição de Instituições com acervo arquivístico: Comité de Normas de Descrição*. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Machado, J. A. (1999). *O Morgadio de Pindela*. Ed. autor.
- Marques, J. (2005). A terra de Vermoim na Idade Média. Em *História de V.N. de Famalicão*. Câmara Municipal de V.N. Famalicão.
- Paiva, O. (2017). Cartas que navegam, estudo de caso de um «brasileiro» do Minho entre o século XIX e o XX. *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, 8, 391-407.
- Regulamento da Rede de Equipamentos de Leitura e Arquivo. (2021, 20 outubro). Diário da República. Série 2 (n.º 211).
- Rodrigues, Daniel. (1990). *Correspondência de Sousa Fernandes*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Salgado, B. (1976). *O Tombo da Igreja de S. Tiago de Antas de 20 de Setembro de 1555*. Gabinete do Vale do Rio Ave.
- Santos, J. (1995). *As Freguesias. História e Actualidade*. Celta Editora.
- Silva, A. J. (1983). O Cartório da Igreja de S. Tiago de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 4, 37-45.
- Silva, A. J. (2015). As primeiras décadas do município. Em *As portas da História de Vila Nova de Famalicão: 1835-2015* (vol. 1, 34-102). Câmara Municipal V.N. Famalicão.
- Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga. Estudo e inventário*. Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho.
- Silva, A.M. (2009). Mediações e mediadores em Ciência da Informação. *Prisma.com*, 9, 68-104. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2057>
- Silva, A. M. (2010). Literacia Informacional e o Processo Formativo: Desafios aos Profissionais da Informação. Em *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/224>
- Silva, A. M. (2015). Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*, 1, 103-124. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79392/2/102723.pdf>
- Soares, F. N. (1998). A Reforma católica no Concelho de V. N. Famalicão: Visitações quinhentistas de S. Tiago de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 15, 9-55.
- Tsou, A. (2016). *Arquitetura Moderna: A obra de Januário Godinho em Vila Nova de Famalicão*. CEAA. <http://hdl.handle.net/10174/27665>
- Tsou, A.; Silva, A. J.; Almeida, J. e Alvim, L. (2019). A Organização de um projeto de arquitetura com valor histórico: O caso do Novo edifício dos Paços do Concelho, Tribunal de Vila Nova de Famalicão. Em *ICAA2019 – International Congress on Architectural Archives*. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/70577/3/ICAA_2019_Proceedings_abr21.pdf
- Vieira, A. M. (2000). Paróquia de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 17, 107-123.